



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 12/2020

----- Aos dezanove dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Candoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

#### ----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Presidente da Câmara justificou a ausência da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo por motivos pessoais. -----

----- Quando eram dez horas e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

#### ----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

#### ----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas à discussão e votação as atas n.º 10/2020 referente à reunião ordinária de 22 de maio e n.º 11/2020 referente à reunião de 5 de junho. -----

#### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 10/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 6 votos a favor (6 presenças). -----

----- Aprovada a ata n.º 11/2020, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 6 votos a favor (6 presenças). -----

#### ----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: quatro milhões, oitocentos e catorze mil, trezentos e trinta e seis euros e setenta e um cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos. -----

#### ----- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO -----



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020**

----- **AGRADECIMENTO DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA PELA PRESENÇA E CEDÊNCIA DE TRANSPORTE** -----

----- **APAV - RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2019 - PÓLO DE RIO MAIOR** -----

----- **ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS AUTORIZADOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção reportando-se a esta nova fase de desconfinamento e referiu-se aos quatro casos ativos em Rio Maior, deixando um apelo aos jovens, que têm tido uma atitude um pouco mais despreocupada, para que percebam a dimensão do problema e para que tenham um comportamento responsável para assim protegerem aqueles que mais amam, pais, avós e irmãos.-----

----- Referiu a Resolução do Conselho de Ministros nº 43B que considerou ser um prolongamento da anterior e que permitiu a abertura de um conjunto de atividades, nomeadamente, a prática desportiva, nas modalidades individuais, bem como o desporto federado, de acordo com as orientações da DGS e questionou o Executivo se constatava haver confiança das pessoas para as práticas desportivas dado que as Piscinas Municipais já abriram ao público. Também gostaria de ser informada sobre o comportamento das pessoas, no geral.-----

----- Questionou o Executivo sobre a construção de um prédio na Avenida Marechal Humberto Delgado que foi objeto de notícia nacional, referindo que gostaria de ser esclarecida sobre esta matéria.-----

----- Terminou a intervenção referindo-se à Escola Profissional de Rio Maior, sugerindo que seria da maior importância que a sua Direção apostasse em ações de formação contínua ao longo da vida, que são fundamentais, solicitando a intervenção do Executivo, nesse sentido.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por referir aos assuntos para conhecimento e congratulou-se com a apresentação do relatório da APAV, sendo uma evidência que o município está a fazer o seu trabalho, na lógica daquilo que são as transferências de competências para os



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

municípios nesta área, ressaltando que ao ler o mesmo não ficara com uma informação completa ao nível da análise comparada, considerando que os relatórios devem, tanto quanto possível, espelhar uma análise de um determinado ano comparativa com os anos imediatamente anteriores. Sugeriu que a Câmara Municipal possa solicitar à APAV que o relatório espelhe essa análise comparativa com os anos anteriores, para se perceber se tudo evoluiu positivamente, ou não.-----

----- Continuou a intervenção referindo que na passada segunda-feira, dia 15 de junho, foi apresentado no Palácio da Ajuda, a campanha “Turismo Interno” com a presença do Senhor Primeiro-Ministro, Senhor Ministro da Economia, a Senhora Secretária de Estado do Turismo e os responsáveis das Entidades Regionais de Turismo, um investimento de cerca de dois milhões de euros e que visa a promoção e divulgação do turismo interno nacional, sugerindo que a Câmara Municipal se pudesse inteirar melhor da mesma para perceber como é que pode potenciar o seu território com esta campanha.-----

----- Referiu também que desde o início deste período pandémico considerara que o Turismo Interno e as atividades económicas diretas e indiretas associadas ao mesmo iriam ser uma área prioritária e saudou a campanha de promoção do turismo a decorrer em Rio Maior. Questionou ainda em que consiste a campanha de promoção e divulgação do turismo em Rio Maior, quais os montantes envolvidos e investidos, bem como o que está a ser feito fora dos limites territoriais do concelho, dado que, provavelmente, alguns riomaiorenses poderão fazer férias em Rio Maior, mas também considera ser muito importante captar pessoas de outros concelhos para visitarem Rio Maior. Opinou que a comunicação terá de ser fundamentalmente realizada fora do concelho tendo em vista captar todos os portugueses que queiram fazer férias “cá dentro”.-----

----- Relativamente ao vídeo promocional apontou algumas ausências tais como o enoturismo em Rio Maior que não está espelhado no mesmo e que tem uma importância considerável, assim como a área da panificação. Também não há um plano da piscina olímpica, assim como da Associação Ephemera e do Museu da Miniatura Automóvel, entre outros aspetos. Referiu compreender que um vídeo não consegue ser tão abrangente como se gostaria dado ser uma síntese do mais importante, no entanto saudou a iniciativa e sugeriu que, caso surjam novas produções audiovisuais, sejam incluídas as ideias apontadas.-----

----- Ainda no uso da palavra referiu-se à Associação Ephemera, com sede na Vila da



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

Marmeleira, uma associação de âmbito nacional que desenvolve um trabalho de grande qualidade e que recentemente obteve o estatuto de utilidade pública. Esse trabalho também já foi reconhecido pela Presidência da República, quando o Senhor Presidente da República esteve na Câmara Municipal do Barreiro para ali inaugurar um novo espaço desta Associação. Assim, não conseguia compreender, o que de alguma forma o “revoltava”, que a Câmara Municipal de Rio Maior, onde esta Associação está sediada há cerca de dez anos, onde reside o seu principal mentor, não percebe a importância, a oportunidade e as vantagens de celebrar um protocolo de parceria com a referida Associação quando outros municípios, a nível nacional, o fazem. Ainda sobre esta matéria e dado a situação de doença de Pacheco Pereira, disse ser uma questão que o deixava preocupado, tanto mais que este não tem raízes efetivas ao concelho, podendo estar em causa a permanência de um espólio riquíssimo em Rio Maior. Opinou que deveria ser tomada a iniciativa de salvaguardar esta situação, acarinhando o projeto e as pessoas que o desenvolvem, assim como salvaguardar o interesse público, sendo nesse sentido que a Câmara Municipal deve trabalhar para que este património não sai de Rio Maior. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre esta questão e se estavam programadas algumas iniciativas para acautelar esta situação.-----

----- Terminou a intervenção para recordar algumas das temáticas que a Associação Ephemera desenvolve e, nomeadamente, sobre o “25 de Novembro”, sobre a “Estátua do Agricultor Livre” esta preservação da memória poderia originar um “Centro de interpretação da Democracia” num período em que Rio Maior assumiu uma liderança na construção de um Portugal democrático. Salientou ainda que a estátua do “Agricultor Livre” simboliza isso mesmo, contudo quem visitar Rio Maior e a Praça da República não consegue perceber o que a mesma significa porque não está devidamente identificada. Opinou que deveria ter uma placa com um texto alusivo ao que a mesma simboliza, situação que inicialmente se verificava, solicitando ao Executivo para que proceda a essa identificação.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Iniciou a intervenção fazendo um agradecimento pessoal e institucional à Vereadora Vera Simões relativamente ao agendamento de uma reunião com o Secretário de Estado do Desporto para abordar questões relativas à empresa municipal Desmor. Disse ainda que esta empresa, com a pandemia viu cerca de cem por cento dos estágios cancelados, o que, quer financeiramente, quer em termos de



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

continuidade de trabalho, teve um grande impacto e que vai exigir a todos um trabalho de recuperação muito ativo. Disse ainda que a Desmor foi conquistando ao longo dos anos, uma confiança muito grande junto das Federações e de todas as pessoas que recebe. Referiu a sua preocupação que Portugal possa deixar de ser visto como um País seguro, dado que tiveram de ser tomadas novas medidas para controlar a pandemia na zona de Lisboa e Vale do Tejo, onde se verifica um acréscimo de casos, diariamente. Apesar desta situação Portugal ainda continua a ser um País seguro, o que, associado ao facto da Desmor ser uma empresa que gera confiança nos seus parceiros, já se verificam muitos contactos de Federações de vários Países, sendo expectável que o mês de agosto já tenha lotação máxima na sua ocupação. -----

----- Relativamente às Piscinas Municipais referiu que ainda não dispunha de informação pormenorizada sobre a sua abertura dado que isso só aconteceu há quatro dias. Deu conhecimento que o Executivo tinha um plano de contingência definido para a piscina exterior, que permite o máximo de duzentas pessoas naquele espaço.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se à questão do prédio sito na Avenida Marechal Humberto Delgado e informou que a Câmara Municipal não foi contactada pelos proprietários antes de o publicitarem nos meios de Comunicação Social, apenas fora contactado pela CMTV e informou que já enviara todos os esclarecimentos solicitados. Aditou que sobre as questões levantadas se verificava alguma confusão dado que a colocação de tapumes e andaimes dá uma dimensão visual que não será a mesma do final da obra, já depois de retirados os mesmos. Também a ocupação de passeios é uma situação transitória e apenas acontece enquanto decorrem as obras.--

----- Ainda sobre esta matéria referiu que no prédio dos reclamantes, no polígono onde podia ser implementado o prédio em questão tinha uma determinada área, sendo que para além dessa área de implementação poderia crescer um metro e vinte com varandas, sendo que há trinta anos atrás, o promotor da construção do mesmo, ocupou todo o polígono com área útil de construção, ou seja, todo o espaço onde deveria haver varandas, daí resulta que o prédio antigo é que está mal implementado.-

----- Informou também que já foi feito o esclarecimento na CMTV e o promotor do prédio em questão está a ponderar agir judicialmente contra os denunciantes porque está a cumprir integralmente todas as indicações da Câmara Municipal, de acordo com o licenciamento aprovado. Referiu ainda que toda a informação técnica sobre este assunto está disponível para os Senhores Vereadores. -----

----- Relativamente à Escola Profissional de Rio Maior informou que a formação de



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

ativos e a formação contínua são questões que já estão a ser trabalhadas, no sentido de dar formação no horário pós laboral, assim como formação contínua para os ativos do concelho de Rio Maior de forma a revitalizar a Escola Profissional. -----

----- Ainda sobre esta matéria referiu que, por irresponsabilidade de alguns dos sócios, em breve, a Câmara Municipal terá de fazer a cobertura dos prejuízos da EPRM em cerca de quinhentos mil euros, assumindo a quota-parte de prejuízos que lhe correspondem, acumulados ao longo de vários anos, o que acontece porque a Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, impediu a venda com “artimanhas”, a qual se pretendia clara e transparente, tal como o assunto foi apresentado na Assembleia Municipal, ao não aceitar a receção da sua parte do imóvel, impediu a venda, tal como o concurso previa. Também, cada uma das Associações, terá de colocar cinquenta mil euros correspondentes às respetivas quotas. Aditou que este assunto terá de ser presente a uma próxima Assembleia Municipal. Lamentou toda a situação e que por “interesses difusos” se possa estar a prejudicar o erário público e também um bom desenvolvimento da Escola Profissional de Rio Maior. Opinou que quando se trata de resolver um problema tão grave como as dificuldades que esta Escola atravessa, “quando se declama poesia” em vez de se pensar em soluções, dificulta-se sempre a solução objetiva de que a citada Escola necessita.-----

----- Sobre o relatório da APAV referiu que este trabalho conjunto provém de um Protocolo já assinado anteriormente com a Câmara Municipal, representando um custo de cerca de dez mil euros anuais, valor insignificante tendo em conta todo o trabalho desenvolvido. Aditou que a Câmara Municipal poderá sempre questionar aquela Associação sobre a existência de um relatório comparativo.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se ao Turismo interno e manifestou um profundo orgulho pelo que a Câmara Municipal tem feito e que se tem diferenciado da maioria dos concelhos vizinhos, começando essa campanha de promoção mais cedo que os outros municípios. Quanto ao vídeo promocional opinou tratar-se de um vídeo muito bem conseguido e que desafia todos a conhecer Rio Maior. Referiu que se pretendeu fazer um vídeo comercial, que chame as pessoas, tendo como foque o turismo aventura e de natureza, dado que existe um conjunto de condições que poderão projetar a capacidade atrativa do concelho. Não contempla a divulgação do “Pão de Rio Maior” ou outras marcas porque essas já estão a ser trabalhadas de muitas outras formas, nomeadamente, na página oficial da Câmara Municipal de Rio



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

Maior.-----

----- Seguidamente agradeceu à Unidade de Turismo da Câmara Municipal e ao Gabinete de Comunicação, congratulando-se com a evolução verificada na comunicação institucional do município que está a conquistar um público mais arrojado e mais jovem, o que deve ser ressaltado.-----

----- Sobre o “25 de Novembro” concorda que este acontecimento deve ser assinalado dado que foi um momento histórico muito importante para o País, opinando que foi tão importante como o “25 de Abril”, considerando que a Associação Ephemera poderá ser um parceiro para ajudar a desenhar o evento, assim como para catapultar esta informação para nível nacional. Solicitou ao Chefe de Divisão da área para estabelecer os respetivos contactos.-----

----- Terminou a intervenção reportando-se ao Canil Municipal e disse que, com as alterações introduzidas no mesmo, todos os animais estão devidamente registados, havendo uma base de dados referente ao canil e todos os animais estão desparasitados e vacinados. Aditou que foi abolida a eutanásia de animais, sendo um canil municipal que, brevemente, será um ponto de interesse para visitas das escolas. Frisou que o trabalho desenvolvido no último ano deve ser ressaltado e agradeceu a todos os funcionários que colaboraram na reorganização do canil, salientando a colaboradora Susana Sousa e também a veterinária Inês Lameiras, que, a baixo custo, desenvolve um trabalho digno de destaque.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- De novo no uso da palavra referiu a importância e a urgência de a Câmara Municipal continuar a pensar na recuperação do Edifício do Instituto da Vinha e do Vinho, dando conhecimento que instalações similares na freguesia de Vilar, concelho do Cadaval, foram transformadas num polo de turismo. O mesmo estão a fazer as Câmaras Municipais de Almeirim e de Alcobaça. Opinou que também neste projeto de recuperação a Associação Ephemera poderia participar dado que tem uma grande projeção a nível nacional com mecenas como Marcelo Rebelo de Sousa. Recordou o programa “Revive” que se destina ao setor hoteleiro e que promove a recuperação de espaços públicos degradados, programa este que poderia enquadrar a recuperação das citadas instalações.-----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES**-----



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

----- Pediu a palavra para alertar o Executivo que na estrada Rio Maior/Alcobertas, em Pé da Serra, estão dois postes de telecomunicações muito inclinados para a via, solicitando que a empresa seja contactada.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para dizer à Vereadora Vera Simões que vai solicitar informação sobre o assunto, que, na sua opinião, será fácil de solucionar.-----

----- Sobre o imóvel do Instituto da Vinha e do Vinho informou conhecer bem aquele espaço e as suas capacidades, o qual está numa zona nobre da cidade e que tem uma total ausência de manutenção por parte do Estado. Recordou a propósito que a Câmara Municipal já propusera ao Estado comprar o imóvel, exatamente por conhecer a nobreza do mesmo, mas o valor pedido fora de cerca de oitocentos mil euros, o que não era comportável dado o estado em que se encontra e o investimento que a autarquia teria de fazer para o recuperar. Mais tarde, e no âmbito da transferência de competências, também essa hipótese foi equacionada, contudo foi exigido à Câmara um plano de viabilidade financeira para o edifício, não sendo fácil, num curto espaço de tempo, rentabilizar o referido espaço. Opinou tratar-se de um espaço que terá de ser recuperado e que continua a ser um objetivo a concretizar.-----

----- **VEREADORA MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que a Câmara, em tempo recorde, fez a promoção do Turismo dentro do concelho de Rio Maior, que, para além de se incentivar os riomaiorenses a consumir o que é “nosso”, com esta promoção também se conseguiu despertar os riomaiorenses para a oferta existente. Relativamente ao Turismo interno dentro do País, também tem sido feita a promoção nos diversos canais. Relativamente à parte digital a Câmara está numa fase final, em parceria com Entidade Regional de Turismo para integrar uma plataforma digital de visitação. Também ao nível do facebook e redes sociais essa divulgação está a ser concretizada. Sobre o vídeo promocional referiu que a opção fora que o mesmo focasse o turismo de natureza e o turismo aventura.-----

----- Disse ainda que o Executivo tem tentado despertar o interesse da Comunicação Social nacional e recordou uma reportagem exibida na SIC Notícias sobre o concelho de Rio Maior. Quanto aos valores globais investidos nesta divulgação disse que os disponibilizaria quando toda a estratégia de promoção turística do concelho estivesse concluída. Deu ainda conhecimento que na próxima semana serão divulgados os primeiros vídeos sobre os alojamentos locais. Também durante a próxima semana irá



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

decorrer uma reunião da “Rede Local de Turismo”, com os interessados na criação de um “voucher”.-----

----- Deu também conhecimento que o processo relativo à classificação das Marinhas do Sal, em “Aldeias de Portugal”, está a avançar, tendo-se já realizado uma reunião com elementos da APRODER – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo, principal parceiro neste projeto e informou que a candidatura já foi apresentada. Opinou que a aprovação desta candidatura também será da maior importância para a promoção turística do concelho de Rio Maior.-----

----- Finalizou a intervenção dando conhecimento que na grande maioria dos alojamentos locais a capacidade de alojamento está esgotada e a ordem da procura e da ocupação está nos setenta e cinco por cento, o que considerou muito bom.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para esclarecer que o relatório da APAV se reporta a um período específico, daí não apresentar dados comparativos. Informou ainda que os relatórios de balanço de atividade apresentam sempre dados comparativos, no entanto irá solicitar essa informação.-----

-----**ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificar. -----

----- **PONTO II – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR |ANO DE 2019** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2019, que se encontram elencados no Anexo I da Resolução n.º 4/2001 – 2ª. Secção do Tribunal de Contas e que foram integralmente elaborados e, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2019, constante do documento em apreço.-----

----- Relativamente ao relatório em apreço disse ainda que se trata de uma Prestação de Contas do ano transato e que reflete muito o trabalho do Executivo até então liderado por Isaura Morais, aproveitando para reiterar um agradecimento, não só pelo trabalho que desenvolveu e que permite apresentar as contas em apreciação, mas



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

também por todo o trabalho de recuperação financeira do município ao longo dos últimos dez anos, o que deve ser reconhecido, um trabalho que lhe permitia, enquanto Presidente da Câmara, e, em conjunto com o seu Executivo ter uma visão diferente do desenvolvimento do concelho, apostando na obra e na qualidade de vida dos riomaiorenses. Aditou tratar-se de um documento de contas que demonstra claramente a “saúde” financeira da Câmara, com uma dívida que permite um exercício do cargo público com dignidade e voltado para o bem estar dos cidadãos.-----

----- Terminou afirmando tratar-se de um documento que reflete também a possibilidade de novo recurso à banca para investimentos no concelho e, ainda assim, garantir um rácio entre a dívida paga e a dívida constituída muitíssimo favorável à Câmara, no sentido de pagar mais dívida do que o empréstimo contraído. Aditou que o documento em análise revela seriedade e transparência na gestão.-----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

#### ----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio para dizer que o documento em apreciação é da maior importância para a gestão de qualquer instituição e não sendo contabilistas, nem auditores, mas sim autarcas eleitos, e tratando-se de um documento de caráter económico/financeiro, poderá ser sempre analisado de vários ângulos, daí que muito mais do que verificar se está tudo certo, qual a taxa de execução, se a dívida diminuiu em cerca de um milhão e meio de euros, como está plasmado no documento ou qual o montante do passivo, o mais importante para o PS seria relevar uma análise mais política do que técnica/contabilística, apesar de considerar que saber interpretar os números era da maior importância.-----

----- Frisou reconhecer o trabalho desenvolvido por todos e saudou a iniciativa que a Câmara Municipal tem ao longo do ano para concretizar o plano apresentado, sendo que concordam com muitas das medidas que constam no mesmo, mas acreditam que há uma outra visão política e estratégica para o município que não está ali refletida.----

----- Terminou a intervenção ressaltando que se pronunciam sobre as obras, iniciativas, ações e projetos que são implementados, mas também sobre aqueles que não o são e que não estão contemplados no documento, ou seja estão a pronunciarem-se politicamente, no entanto saudou o trabalho realizado por todo o Executivo Municipal.-----

#### ----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- De novo no uso da palavra e sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

opinou que o documento político principal é o Orçamento que reflete as políticas que vão ser implementadas no concelho e esse sim, deverá ser votado de acordo com as respetivas orientações políticas. Aditou que votar contra um Orçamento ou optar pela abstenção, pode apenas refletir escolhas políticas e entendia que a abstenção faz todo o sentido por parte de quem não vê incluído num documento de orientação política, aquilo que é o seu pensar para o concelho.-----

---- Quanto ao documento de Prestação de Contas, referiu tratar-se de um documento técnico que deverá ser analisado também politicamente e em comparação com o Orçamento respetivo, no entanto deve ser votado como um documento administrativo.

----- Agradeceu aos políticos e aos funcionários da Câmara Municipal todo o trabalho de um ano que permite apresentar o documento em apreciação. Agradeceu também a todas as equipas que trabalharam com o Executivo na elaboração do mesmo.-----

----- Relativamente aos números considerou que os mesmos devem refletir políticas e estes números refletem uma política que o deixa muito orgulhoso.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes (6 presenças), com quatro votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, subscrita pela **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Optámos pelo sentido de voto contra uma vez que entendemos que mais importante do que a eficiência económica e financeira é a eficácia da estratégia decidida politicamente. Portanto entendemos que este documento reflete um conjunto de ideias, projetos e ações que não são os projetos defendidos pelo nosso projeto, e, portanto, consideramos que há um longo caminho, vastíssimo para percorrer no nosso concelho, de ambição, ousadia e de inovação e criatividade.”-----

### ----- **PONTO III – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR | ANO DE 2019** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar os documentos de Prestação de Contas Consolidadas referentes ao ano de 2019 e, nos termos, da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2015, de 3 de setembro (RFALEI), submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

### ----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Começou por dizer que este ponto era da maior importância porque traduz as implicações económicas e financeiras das participações do município noutras instituições que têm uma gestão própria, mas que têm, em alguns casos, uma orientação muito clara da parte da Câmara Municipal, noutros casos têm uma participação minoritária, sendo que o documento em apreciação ressalva isso mesmo, que o perímetro da consolidação se cinge a duas instituições fundamentais, nomeadamente, a Escola Profissional de Rio Maior e a Desmor. Contrariamente, a Depomor e as Águas do Tejo Atlântico não estão dentro desse perímetro de consolidação, questionando a propósito, porque não têm dados sobre estas instituições. Referiu ainda que nos últimos anos lhes causava alguma perplexidade os aspetos económico/financeiros das mesmas, assim como as falhas estratégicas que a Escola Profissional de Rio Maior tem evidenciado. -----

----- Ainda sobre esta matéria disse que também lhes causava alguma perplexidade, insegurança e indefinição o facto de não serem partilhados dados relativos aos relatórios de gestão da Depomor, e, embora a Câmara Municipal seja um acionista minoritário, com 26,4% da estrutura acionista da empresa, ainda assim, considerava que deveria ter acesso a esses relatórios, dado os contínuos resultados negativos, os quais significam para a Câmara Municipal a disponibilização de cerca de sessenta mil euros para a cobertura de prejuízos. Assim, questionou o Executivo sobre quais as informações que poderiam partilhar, qual a visão da Câmara Municipal para os próximos anos e se está interessada em manter uma participação social numa Sociedade Anónima, que é persistentemente, deficitária, considerando que tem de colmatar esses prejuízos na proporção correspondente ao seu capital social. Questionou também qual a razão para não ser facultado o relatório de gestão para que todos percebam quais as iniciativas da empresa Depomor, assim como gostaria de saber quais as razões fundamentais do défice apresentado.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para informar que a Depomor não tem dado prejuízos nos últimos anos, ou seja, desde que foi criada nunca deu lucro, sendo uma estrutura deficitária desde sempre. Sobre a documentação apresentada referiu tratar-se de uma empresa privada que disponibilizou os documentos que são imprescindíveis para fazer a respetiva análise. Aditou que, no entanto, o Gabinete Jurídico da Autarquia tem contacto permanente com a empresa no sentido de, enquanto acionistas representativos



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

daquela sociedade, poderem assumir o que lhes compete, não sendo tomada nenhuma decisão que comprometa o município sem que isso seja presente a reunião da Câmara. Informou ainda que o acesso aos documentos terá de ser solicitado à respetiva empresa.-----

----- Terminou a intervenção referindo que a Câmara Municipal de Rio Maior tem uma preocupação política em ter uma Área Empresarial dinamizada, com capacidade de atratividade, que possa captar investimento para o concelho de Rio Maior, que seja uma área empresarial cheia de empresas a gerar emprego e riqueza. Quanto a outros fatores, esses são assuntos internos da empresa Depomor, não lhe competindo tecer considerações.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes (6 presenças), com quatro votos a favor e dois votos contra dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, subscrita pela **Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votámos contra este ponto da Ordem de Trabalhos porque consideramos que os números da consolidação apresentados não refletem aquela que é a nossa ambição para o concelho de Rio Maior, porque ao momento, oferece-nos algumas incertezas e algumas dúvidas relativamente à gestão estratégica e operacional das instituições Escola Profissional de Rio Maior e Depomor.”-----

### ----- **PONTO IV – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO DE MANUTENÇÃO NO ÂMBITO DE INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARTE DAS COMPETÊNCIAS A TRANSFERIR PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que, nos termos do n.º 3 do artigo 2º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, a proposta apresentada deve ser submetida à Assembleia Municipal, com vista à manutenção no âmbito de intervenção do município de parte das competências a transferir para as juntas de freguesia, designadamente as constantes das alíneas c), d), g), h), i), j), k), l) e m) do n.º 1 do artigo 2º do citado diploma legal.-----

----- Afirmou ainda que estava na altura de comunicar à DGAL os acordos feitos com as freguesias no âmbito das transferências de competências, tendo a Assembleia Municipal de se pronunciar sobre quais são aquelas que são estruturantes para um bom serviço público, com a garantia de que não há acréscimo de despesa pública e



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

que para isso o município se veja na obrigação de manter algumas das competências, ou seja, todas aquelas que são administrativas e que envolvem um quadro de pessoal que as freguesias, na sua esmagadora maioria, não têm, à exceção da freguesia de Rio Maior, e que obrigaria a um acréscimo de custo da mesma competência, caso fossem transferidas para as freguesias de uma forma geral. Aditou que existem muitas plataformas implementadas na Administração Pública a nível nacional, cujo recetor dos requerimentos é o município e que seguem uma determinada tramitação processual que poderia causar alguns constrangimentos.-----

----- Finalizou a intervenção referindo que, com a proposta apresentada no sentido de manter as competências enunciadas na proposta em discussão, a Câmara Municipal assegura a universalidade dos serviços prestados.-----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

#### ----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Começou por dizer que sempre foi favorável à delegação de competências para as Juntas de Freguesia e referiu que tinha algumas dúvidas sobre as razões apresentadas, porque se está a manter áreas que são mais dispendiosas do ponto de vista financeiro, com a Câmara Municipal a assumir os acordos de execução e os contratos interadministrativos, na gestão dos espaços verdes, na limpeza do espaço público e na manutenção das escolas com pequenas obras de melhoria. No entanto as competências que estão contempladas na proposta em apreciação e que a Câmara vai manter, são competências administrativas, havendo o risco de se verificar alguma duplicação de serviços. Aditou que lera com atenção os pareceres emitidos pelas Juntas de Freguesia e considerou que ao aprovar esta proposta se possa estar, direta ou indiretamente, a desinvestir nas freguesias e no meio rural. Frisou que se está a tomar uma decisão contrária ao que sempre se defendeu, que é investir no meio rural e no interior. Disse ainda que se está a impedir que as Juntas de Freguesia se desenvolvam e disponibilize um conjunto de serviços, o que significaria mais fluxo de pessoas naquele meio rural, o que é da maior importância. Disse não ter certezas que esta seja a decisão mais correta.-----

#### ----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Interveio para esclarecer que a transferência de competências não é estanque, dado que prevê uma análise e um aperfeiçoamento constante na relação entre competências/Câmara e competências/Freguesias de forma a articular o que será o melhor serviço para a população.-----



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

----- Aditou ser com alguma “ vaidade ” que podia afirmar que a Freguesia de Rio Maior reúne condições para fazer grande parte das operações administrativas que estão contempladas na proposta apresentada. Disse ainda não ter qualquer dúvida de que mais nenhuma freguesia tem essa capacidade porque conhece os quadros de pessoal e a capacidade administrativa de todas as freguesias. -----

----- Quanto à receita gerada por estas competências deu conhecimento que ao nível da publicidade tem algum impacto na cidade o que não acontece nas outras freguesias, e, em termos de licenciamento de atividades, as receitas são nulas porque na grande maioria essas atividades são promovidas pelas Associações locais e como tal estão isentas de taxas nos termos do Regulamento Municipal. No entanto referiu haver “ output ” financeiro porque o técnico administrativo, o técnico superior e o fiscal têm que analisar os projetos. -----

----- Ainda no uso da palavra salientou que a conjuntura existente tem alguns constrangimentos para que estas competências possam ser executadas pelas freguesias sem acréscimo de despesa pública. Frisou que não há desinvestimento nas freguesias porque, nunca em tempos de democracia em Portugal, se transferiu tanto para as freguesias, como aconteceu nos últimos três anos. -----

----- Finalizou a intervenção salientou que este ano a Câmara Municipal já transferiu cerca de novecentos mil euros para as freguesias e recordou que fora autarca de freguesia com o PS na Câmara e houve anos em que, comparativamente com o valor que referira, as freguesias do concelho receberam zero euros, daí não concordar quando o Vereador Daniel Pinto diz que há desinvestimento nas freguesias. Salientou, enquanto Presidente da Câmara, que faz questão que o tratamento das freguesias seja transversal e igual para todas e que terão sempre o maior apoio possível. Opinou que não proporcionar mais serviços às freguesias poderá ser defendê-las, porque estas, cada vez mais, tendem a receber a parte operativa da competência e disse que também gostaria que as freguesias pudessem assumir todas as competências, mas no imediato, considera uma utopia pensar que isso seria possível. Recordou também, quando exercera o cargo de Presidente da Junta Freguesia de Rio Maior, o montante mais elevado que recebera, pelo conjunto das competências, fora cerca de oitenta e quatro mil euros, referindo que se prevê que no próximo ano a quantia a transferir seja de cerca de trezentos mil euros, o que demonstra bem a diferença verificada, a qual deve ser um motivo de orgulho para todos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes (6



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

presenças), com quatro votos a favor e duas abstenções dos Vereadores Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Vera Alexandra da Costa Simões. -----

### ----- PUNTO V – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS FREGUESIAS | 2021 | AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS E APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de transferência de recursos nos termos dos mapas em anexo e a minuta do contrato que formaliza o auto de transferência dos recursos, nos termos do n.º 2 do artigo 5º do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

----- Disse ainda concordar com o processo como se processa a transferência de competências para os órgãos das freguesias e deixou um agradecimento pelo trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelas freguesias, desejando que estas transferências de competências vá reforçar ainda mais a sua capacidade de intervenção.-----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

### ----- PUNTO VI – ATRIBUIÇÃO DE CAL ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é atribuir 826 sacos de 5 kg de cal (4 130 kg), às freguesias do concelho, no valor total de € 1 147,04, (mil, cento e quarenta e sete euros e quatro cêntimos), a ser distribuídos de acordo com o número de eleitores de cada freguesia. -----

----- Acrescentou ainda que esta tem sido uma prática habitual e permite às freguesias a possibilidade de atribuir cal, de forma gratuita, à sua população para que esta embelezem as suas terras.-----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

### ----- PUNTO VII – AQUISIÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES - CIRCUITOS ESPECIAIS - ANO LETIVO 2020-2021 -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que a Câmara Municipal, no âmbito das atribuições do Município no domínio em matéria de Educação e Ação



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

Social, de acordo com a as alíneas d) e hh), respetivamente, do n.º 2 do artigo 23.º e nº 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 11 de janeiro, autorize a abertura do procedimento de concurso público e respetiva adjudicação por lotes, até ao valor total de 165 750,00 €, aprove as peças de procedimento anexas ao processo supramencionado e designe para gestora do contrato a Assistente Técnica, Fernanda Maria Machado Agostinho. -----

----- Acrescentou ainda sobre este assunto que a proposta referir "...até ao valor de ..." revela-se importantíssimo, dado que, todos têm muitas dúvidas sobre a forma como este ano letivo se vai iniciar e assim permite trabalhar de acordo com as regras que estiverem estipuladas na altura.-----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

#### ----- VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO -----

----- Interveio para dizer que a proposta se reporta apenas aos circuitos especiais. Tudo o que diz respeito a visitas de estudo e a outro tipo de programa pedagógico que havia anteriormente e dada a questão de ainda não se saber como vai ser o próximo ano letivo, isso ainda não está definido. Aditou que estivera presente nos Conselhos Gerais Escolares das três escolas e referiu que essa indefinição os preocupava muito, para além de todas as questões pedagógicas associadas. Também o município e as Direções das escolas estão preocupados com o fator relacional, porque a escola readaptou-se, mas retirou-se a relação do processo de aprendizagem e de ensino, o que é completamente destruidor da saúde mental dos jovens. Disse ainda que têm mantido conversações com a Tutela, contudo esta falta de organização do ano letivo já começa a causar muito constrangimento ao município dado que ainda não há previsão sobre a forma como o ano letivo irá arrancar e quando, daí ser considerando o "...até..." para que se possa reajustar, a todo o momento, a forma de trabalhar com esta nova realidade.-----

#### ----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- No uso da palavra referiu que a mobilidade era um aspeto decisivo na capacidade de atração que o território tem e Rio Maior que está tão próximo de Lisboa, tem uma realidade muito diferente ao nível da mobilidade inter e intra concelhia, questionando o que está a ser feito ao nível dos transportes escolares para acautelar que os circuitos escolares possam responder à atração de jovens de Gançaria, Alcanede e de um outro conjunto de núcleos populacionais, para que possam vir estudar para as escolas de Rio Maior.-----



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

----- **VEREADORA VERA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Inteiro para dizer que o Ministério da Educação pensa retomar as aulas no mês de setembro, assim como espera que o ensino presencial também seja retomado, por todas as razões já enunciadas, no entanto também tem de ser avaliada a evolução epidemiológica, daí as incertezas que ainda existem.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Inteiro para esclarecer que este fluxo de transportes escolares apenas se destina ao ensino Pré-escolar e ao 1º. Ciclo.-----

----- Relativamente à atratividade das escolas riomaiorenses para alunos de outros concelhos referiu que isso tem sido uma realidade, havendo alunos de Porto de Mós, Santarém, Cartaxo, Cadaval, Azambuja e Caldas da Rainha. Aditou que Rio Maior tem tido uma boa rede de transportes escolares, daí haver este fluxo de alunos. Disse ainda que no regresso das aulas para os 11º e 12º anos de escolaridade, a questão dos transportes também foi salvaguardada, contudo o município só tem autonomia até determinado ponto, dado que depende de outras entidades para proporcionar esse transporte. Aditou que, com grande frequência reúnem com o prestador de serviços no sentido de que tudo se mantenha como antes da pandemia.-----

----- Terminou a intervenção referindo ainda que não conhecem a realidade deste vírus e como irá ser o seu comportamento, o que está também a causar muito constrangimento na construção da rede de transportes não só escolares, porque não há certezas a curto prazo nem informação oficial de como vai ser o novo ano escolar.--

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO VIII – PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES REFERENTE AO LOCAL DE CONSUMO NA RUA JOAQUIM MACHADO COSTA NUNES, Nº. 23, CASAIS VARÕES, FREGUESIA DE ASSEICEIRA | REGISTO N.º 4539/2020** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o pagamento relativo ao processamento de março/2020, no valor total de 217,46€ (duzentos e dezassete euros e quarenta e seis cêntimos) em 10 (dez) prestações mensais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA EM PARCELA SITA EM CASAIS DOS SILVAS, FREGUESIA DE RIO MAIOR | PROCESSO N.º 293/2019** -----



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 3275 e informação técnica com o registo n.º 1493, e de acordo com o requerido, certificar que para a parcela inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12319 da freguesia de Rio Maior, com a área total de 7.300,00m<sup>2</sup>, existe uma viabilidade construtiva de 3 360,00m<sup>2</sup> (- Área de implantação máxima – 3 360,00m<sup>2</sup>; - Área bruta de construção máxima – 3 360,00m<sup>2</sup>). -----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

### ----- PUNTO X – PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA EM PARCELA SITA NA FREGUESIA DE AROUQUELAS | PROCESSO N.º 104/2020 -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, com base no parecer com o registo n.º 3623 e informação técnica com o registo n.º 3412, e de acordo com o requerido, certificar que para a parcela inscrita na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1439 da freguesia de Arouquelas, com a área total de 750,00m<sup>2</sup>, existe uma viabilidade construtiva de 360,00m<sup>2</sup> (- Área de implantação máxima – 360,00m<sup>2</sup>; - Área bruta de construção máxima – 360,00m<sup>2</sup>). -----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

### ----- PUNTO XI – ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA E GESTÃO DA ECTES DE ALCOBERTAS | REGISTO N.º 4957/2020 -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a adenda ao Protocolo de Colaboração celebrado com a Junta de Freguesia de Alcobertas em 23 de janeiro de 2012 para cedência e gestão da ECTES. -----

### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

### ----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----



## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 19 DE JUNHO DE 2020

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Antes de encerrar os trabalhos o Presidente da Câmara informou da necessidade de ser realizada ainda este mês uma reunião extraordinária para deliberar sobre um projeto que tem o prazo de candidatura a terminar no dia 30 de junho e que, neste momento ainda se encontra a aguardar o parecer externo necessário, prevendo-se que a mesma se possa vir a realizar dia 29 de junho, mas que de qualquer forma será enviada a devida convocatória e ordem de trabalhos. -----

### ----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram doze horas, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: \_\_\_\_\_

A COORDENADORA TÉCNICA: \_\_\_\_\_